

Co-geração, opção estratégica

Ao anunciar a antecipação do início do horário de verão, o retorno de Angra I e maior produção de energia pela hidrelétrica de Itaipu, a Eletrobrás reconheceu explicitamente o risco de cortes no fornecimento de energia no horário de pico nos próximos meses, de acordo com dados levantados por este jornal junto aos técnicos do setor. Esperamos que essas providências sejam suficientes nessa fase, mas não parece haver dúvida de que o País pode ver-se diante de uma verdadeira crise no fornecimento de energia em 1997, se, como se espera, houver uma retomada da demanda industrial, atualmente em queda.

É diante dessa perspectiva que deve ser analisada a proposta que o secretário de Energia do Estado de São Paulo, David Zylbersztajn, está levando ao Ministério de Minas e Energia para que seja autorizada a elevação do preço pago pela energia co-gerada pelas usinas sucroalcooleiras a partir do bagaço de cana. Segundo o secretário, a oferta desse tipo de energia, que é atualmente de 20 megawatts (MW), poderá ser elevada para 200 MW em 1997 e para 600 MW no ano seguinte, se for oferecido um incentivo às usinas de açúcar e álcool para investirem na utilização do bagaço para produção de energia.

Essa possibilidade mostra a urgência do governo em chegar a uma definição firme quanto ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool), partindo do princípio de que quanto mais subprodutos da cana-de-açúcar puderem ser utilizados em

condições rentáveis, tanto mais econômico será o seu papel dentro da matriz energética brasileira.

A utilização do vinhoto para a fertilização e irrigação da terra já representou um grande avanço e, pelo menos nas regiões produtoras de São Paulo, o bagaço de cana deixou há muito de ser um rejeito sem valor. Ele é rotineiramente utilizado para autogeração de energia pelas usinas, tornando-as praticamente auto-suficientes sob esse aspecto. Uma parte do restante é reproces-

Bagaço de cana, a alternativa mais viável para suprir energia em época de seca

sada para alimentação de gado confinado e somente uma ínfima parcela, que pode ser consideravelmente ampliada com as sobras, é hoje usada para

co-geração de energia para uso por terceiros. Verifica-se, com efeito, que, temendo escassez de energia, muitas empresas vêm mantendo contatos com usinas, para assegurar um abastecimento condizente com suas necessidades.

Convém lembrar ainda que a safra de cana ocorre justamente no período de seca, quando o nível dos reservatórios para produção de energia hidrelétrica se encontra em ponto baixo. Os técnicos observam ainda que, em colaboração com a iniciativa privada, a Universidade de São Paulo (USP) e universidades americanas vêm aperfeiçoando a tecnologia para gaseificação do bagaço de cana, de modo a elevar o seu rendimento energético.

Mas, naturalmente, o passo à frente que agora se

quer dar requer investimentos por parte das usinas. E, com esse objetivo, a Secretaria de Energia de São Paulo propõe que se eleve a remuneração paga às usinas para US\$ 45 a US\$ 50 por MW. Deve-se notar que duas empresas, as únicas que têm contratos de co-geração com a Cia. Paulista de Força e Luz (CPFL), a mais ativa concessionária na região canavieira paulista, recebem US\$ 35 por MW. Existem, no entanto, dez outras que já vêm operando na co-geração de energia, mas sem contratos, recebendo US\$ 22 por MW, uma remuneração marginal.

Como essa é a alternativa mais viável para aumentar suprimento de energia a curto prazo no País, somos de opinião de que é perfeitamente razoável que o governo estabeleça um preço compensador, de maneira que as pequenas usinas também possam engajar-se nesse esforço, uma questão que não poderá deixar de ser examinada nos estudos técnicos que o Ministério de Minas e Energia vai certamente determinar.

Seja como for, será preciso que o governo federal cubra uma parte do custo. Será, sim, um subsídio, mas destinado a permitir que o País possa crescer, gerar mais empregos e, evidentemente, mais impostos. Outro aspecto a ressaltar é que o uso intensivo de bagaço de cana para co-geração de energia não deve ser encarado como um recurso de ocasião, mas como uma forma permanente para suprir o País de energia nessa época do ano. Deve fazer parte, portanto, de uma opção estratégica do Brasil, um dos poucos países do mundo a poder contar sempre com energia de biomassa. ■

Class. 3

Data 29/11/81 Pg. 12

Fonte 507

sociodemográfica

DOCUMENTAÇÃO